

**DESAFIOS E LIMITAÇÕES DOS ESTUDANTES  
BOLSISTAS PROUNI: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

**CHALLENGES AND LIMITATIONS OF PROUNI  
SCHOLARSHIP STUDENTS: A CRITICAL ANALYSIS**

**DOI:** <https://doi.org/10.31692/2595-2498.v7i2.316>

**MATHEUS BRUNO SOUZA DA SILVA**

Graduando em Psicologia, pesquisador, Centro Universitário Brasileiro, [sousabrunomatheus@gmail.com](mailto:sousabrunomatheus@gmail.com)

**KAROLLAYNE NATHÁLIA LEITE DA SILVA**

Graduanda em Psicologia, pesquisadora, UniFAFIRE

**MAURÍCIO LUIZ FRANCISCO II**

Graduando em Psicologia, pesquisador, UniFAFIRE

**KALINE SOARES DA SILVA**

Mestra em Manejo de Solo e Água, orientadora, Instituto Internacional Despertando Vocações

## RESUMO

A criação de políticas públicas é essencial para o desenvolvimento social e econômico de um País, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) tem como objetivo facilitar o acesso ao ensino superior dentre as camadas sociais com menores oportunidades, entretanto, a permanência e finalização do curso se demonstra desafiador devido à ausência de investimentos financeiros e a sobrecarga desses estudantes. Dessa forma, essa pesquisa teve como objetivo realizar uma análise crítica por meio de levantamento de dados da literatura sobre os desafios enfrentados por estudantes bolsistas PROUNI. Para a construção da pesquisa, foi realizada uma busca nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico utilizando termos específicos relacionados à temática, posteriormente, foi realizada uma seleção afim dos artigos que estavam alinhados. É necessário um apoio maior a estes estudantes além da bolsa de estudos, tal como, auxílio de alimentação, financeiro, entre outros.

**Palavras-chave:** dificuldades; perspectivas futuras; políticas públicas.

## ABSTRACT

The creation of public policies is essential for the social and economic development of a country. The University for All Program (PROUNI) aims to facilitate access to higher education among social strata with fewer opportunities, however, staying and completing the course proves to be challenging due to the lack of financial investment and the overload of these students. The aim of this study was therefore to gather data on the challenges faced by PROUNI scholarship students. In order to construct the research, a search was carried out in the Scielo and Google Scholar databases using specific terms related to the subject, after which a careful selection was made of the articles that were aligned with the main objective of our work in order to identify the challenges faced by these students. Thus, more support is needed for these students beyond the scholarship, such as food and financial aid, among others.

**Keywords:** difficulties; future prospects; public policies.

## INTRODUÇÃO

A educação no Brasil, desde o período colonial, foi restrita e elitizada, posto que apenas quem possuía uma condição financeira suficientemente boa conseguia garantir o ingresso ao ensino e à permanência, sobretudo no Ensino Superior (SAVIANI, 2011; CASIMIRO, 2007).

Também é sabido, que o ensino superior brasileiro é composto pelo setor público e privado e possui diferentes perfis de estudantes, contudo, nem sempre foi dessa forma (WOOD; TRIVELLI, 2021), uma vez que, as universidades foram criadas pelas e para as elites, sendo possível ainda perceber essa realidade ainda em alguns cursos (RODRIGUES, 2023). Entretanto, nas últimas duas décadas o ensino superior brasileiro apresentou grande expansão sob todos os aspectos (RISTOFF, 2014).

Essa expansão no ensino, apesar de ter provocado mudanças significativas, é notável ainda a dificuldade para a população menos favorecida em ingressar e permanecer no âmbito acadêmico. Dado que esses impasses podem ocorrer devido à máxima da manutenção das elites sociais no ensino superior, além da não promoção de recursos que contribuem para a evasão dos sujeitos das IES (WOOD; TRIVELLI, 2021).

Vista a situação, o Governo Federal tem pensado na criação de políticas públicas que

facilitem o acesso à educação superior, assim, em janeiro de 2005, a partir da Lei nº 11.096 o PROUNI foi instituído (BRASIL, 2005). De acordo com o Artigo 1º, o objetivo do programa tem por base a política afirmativa de democratização do acesso ao ensino superior pela via das instituições privadas com ou sem fins lucrativos (SOUSA; ANDRIOLA; LIMA, 2016).

Entretanto, o acesso, permanência e qualidade do ensino têm sido uma preocupação para as entidades envolvidas em ciência, tecnologia e inovação (ANDRIOLA, 2020). A restrição ao acesso e a condição desfavorável à permanência são dois problemas significativos que existem fortemente junto com a expansão da educação superior brasileira (PEREIRA FILHO, 2011).

Com isso, este trabalho se propôs a apresentar por meio de uma revisão de literatura as dificuldades da permanência de estudantes bolsistas do ProUni.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: UM BREVE HISTÓRICO**

É visível que nos últimos anos houve um avanço nos programas relacionados à ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro, o investimento em políticas públicas afirmativas, destaca-se o Programa Universidade Para Todos - ProUni que visa minimizar essa desigualdade educacional, ao oferecer possibilidade de ingresso a uma instituição de ensino superior e conseqüentemente poder proporcionar uma ascensão social (BRASIL, 2005; CASALI ; MATOS, 2015). Segundo dados de ANDRIOLA (2020), desde sua criação até o segundo semestre do ano de 2016, o programa já atendeu mais de 1,9 milhões de estudantes, 70% são bolsas integrais.

Desde o processo de criação do PROUNI a preocupação governamental esteve ligada a preocupação social de acesso ao ensino superior (GUERRA, 2009). Na lei de criação 11.096/2005 o PROUNI visa assegurar bolsas de estudos em cursos de graduação podendo estas serem integrais ou parciais (50%), com alguns critérios para a obtenção desse direito; que são:

- a) estudante que tenha cursado as três séries do ensino médio em escolas de rede pública;
- b) pessoa estudante com deficiência;
- c) estudante que tenha cursado as três séries do ensino médio em escolas da rede particular na condição de bolsista integral;
- d) estudante que tenha cursado metade do ensino médio na rede pública e metade na rede particular na condição de bolsista integral.

Nessas condições, os estudantes precisam comprovar renda familiar máxima de três salários mínimos por pessoa para conseguir bolsas de 50%, e até um salário mínimo e meio por pessoa para bolsas de 100%. É requisito obrigatório ter realizado o Exame Nacional do Ensino

Médio (ENEM) no ano anterior (BRASIL, 2005).

Entretanto, em maio de 2022, a Lei nº 14.350 (BRASIL, 2022) sancionada pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro, em seu Artigo 2º, viria a adicionar mais critérios para a obtenção do direito à bolsa, acrescentando a condição de bolsista parcial aos estudantes que tenham cursado ensino médio completo ou metade dele em escolas da rede privada, além de ofertar as bolsas aos estudantes de ensino médio em rede privada sem a condição de bolsista, isto é, pagantes da mensalidade.

Especificamente sobre a política de cotas no programa, na época de sua criação, o governo brasileiro disponibiliza cerca de 30% das vagas para pessoas indígenas, pardas e pretas e pessoas com deficiência, sem a inserção reservas para cotas econômicas, uma vez que o projeto já é uma política pública de inclusão econômica (BRASIL, 2005).

Ainda sobre a lei do Prouni, no Artigo 8º, juntamente à sua Medida Provisória nº 235 (BRASIL, 2005), a entidade que adere ao ProUni, fica isenta de contribuições e impostos como IRPJ (Impostos de Renda de Pessoas Jurídicas), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social) e PIS/PASEP (Programa de Integração Social). Segundo Carvalho (2005), nota-se que a ocorrência de tributos fiscais varia conforme a categoria institucional de cada instituição privada, ou seja, os valores da isenção fiscal tornam-se diversificados de acordo com cada edição vigente do programa, número de bolsas e ingressantes, proporcionalmente dependente do nível de adesão e do tipo de IES participante do programa.

Em sua primeira edição, em 2005, o ProUni ofertou cerca de 46.695 bolsas de estudo para afrodescendentes (BRASIL, s.d.). Desde lá até os dias atuais, o cálculo das cotas raciais é feito através de publicações do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a quantidade de bolsas destinadas a essa população sendo proporcional à amostra dessas pessoas em cada estado, de acordo com o resultado do censo no ano anterior ou o mais recente. No que diz respeito ao número de vagas para as pessoas com deficiência, a representação é feita de acordo com o resultado de pesquisas levantadas pelo Plano Nacional de Saúde (PNS). Dessa maneira, a proporção entre o número de pessoas com deficiência e o número de bolsas ofertadas também é mantida para esse grupo.

Ao determinar que a quantidade de vagas destinadas a cotas raciais e para pessoas com deficiência fiquem a cargo de resultados de pesquisa de outras instâncias, o Programa Universidade para Todos demonstra à sociedade uma posição alheia sobre a política efetiva de análise do próprio público participante. Consequentemente, não há um cuidado com esses futuros estudantes que vão adentrar no Ensino Superior, sendo perceptível um distanciamento

da proposta inicial do programa, além de não se aprofundar da própria realidade social e étnico-racial a que pertence (RIBEIRO, GUZZO, 2021).

### **LEVANTAMENTO DE DADOS DO PROUNI NO PERÍODO DE 2016 à 2020**

Ao realizar um levantamento sobre os dados do programa durante o período de 4 anos, foi possível observar que, de acordo com dados do Sistema Informatizado do ProUni - SisProUni, sistema disponibilizado pelo governo brasileiro para ter acesso aos dados do programa, no ano de 2016, o Programa Universidade para Todos teve o total de 2.227.788 inscritos, divididos nos dois semestres do ano. No entanto, apenas 329.180 bolsas foram concedidas ao todo, o que deixou de fora quase dois milhões de inscritos do processo seletivo.

Já no ano seguinte, em 2017, o ProUni, também dividido entre os dois semestres do ano, acumulou 1.978.067 inscrições, com o número exato de 361.925 bolsas ofertadas aos estudantes selecionados, revelando um aumento de pouco mais de 9,9% em relação à taxa do ano anterior. Durante esse período, pode-se observar a expansão do ensino superior brasileiro e a entrada de um novo perfil de estudantes nas universidades privadas, ou seja, alunos oriundos de famílias de baixa renda e participantes de classes mais populares na sociedade (MACÊDO E REIS, 2021).

No ano de 2022, o ProUni inseriu 420.975 estudantes nas universidades particulares do Brasil, um aumento notável em relação aos anos de 2016 e 2017. Entretanto, de 2016 para 2018, nota-se uma queda de, aproximadamente, 22% das inscrições, pois em 2018 o processo seletivo concentrou 1.735.993 candidatos para bolsas em instituições de ensino superior privado.

O que se percebe acerca desse fenômeno desigual de queda nas inscrições do Programa é que não se disponibiliza a oportunidade de acesso ao ensino superior de forma igualitária, e indaga-se, portanto, se todas as esferas da sociedade brasileira estão sendo alcançadas. Faltando ferramentas educacionais necessárias para a inserção nas vagas e condições básicas de vida que sejam razoáveis, os recursos atuais do ProUni se tornam um dispositivo inoperante frente às carências substanciais do suposto grupo que deveria atender (LESTON; DA CUNHA, 2018), e por conseguinte, o número de interessados tende a diminuir.

Arelado à discussão anteriormente construída, no ano de 2019, persiste-se o encolhimento de inscrições no Programa, acumulando integralmente 1.364.081 registros de estudantes desejosos que almejavam elevar o nível de conhecimento, com 371.912 vinculações a menos que em 2018. Entretanto, apenas 413.968 conseguiram ser beneficiados e ingressaram ao ensino superior, excluindo 7.007 indivíduos em relação ao ano anterior. No ano de 2020, o Programa Universidade para Todos concedeu no primeiro semestre 252.534 bolsas em

instituições privadas de ensino superior; e, no segundo semestre, o total de 166.830, a partir de 1.080.501 inscrições efetuadas no ano determinado.

Em relação aos turnos, outrossim, as bolsas concedidas em sua maioria foram para a modalidade noturna, contendo o número de 71.329, seguida da modalidade à distância (EAD), com o total de 53.825 ofertas. Seguindo a classificação, o turno matutino acompanha o terceiro lugar, com 28.118 concessões de bolsas; o integral, com 5.942; e, por fim, o vespertino, com 3.617.

Quanto às disparidades da quantidade de bolsas concedidas aos turnos noturno e à distância à vista dos turnos matutino, integral e vespertino, Amaral e Oliveira (2011) enfatizam que os estudantes do turno noturno vivenciam em sua maioria uma divisão social, isto é, muitas vezes a via de regra é estudar e trabalhar, o que os coloca em uma posição em que os estudos não podem ser a prioridade, por isso se dá uma maior concentração de pessoas que estudam à noite ou na modalidade EAD. Por conta disso, através de uma pesquisa levantada por Almeida (2018), verificou-se que estudantes do turno matutino possuem uma melhor desenvoltura na educação superior em detrimento dos alunos que estudam à noite, estes com coeficientes de rendimento menores que aqueles que dispõem de mais tempo para a dedicação aos estudos.

Ainda sobre esse fenômeno revelado por meio dos turnos nas instituições privadas de ensino superior em função da razão da disponibilidade individual para estudar de cada bolsista beneficiado pelo ProUni, em última análise Felicitti e Morosini (2012) destacam que “os mesmos necessitam trabalhar para poderem custear suas despesas com alimentação, transporte e demais gastos.”

Sob outro aspecto, em se tratando das opções de cursos dos concorrentes, Direito ocupa o primeiro lugar, devido às 15.082 bolsas conquistadas pelos selecionados no ensino superior privado. Logo depois, pode-se enunciar as 14.888 bolsas ocupadas pelos estudantes de Administração. Entre as várias outras predileções, os cursos de Engenharia ocupam o terceiro lugar, contendo 12.555 bolsas integrais e parciais alcançadas pelos inscritos no Programa Universidade para Todos em 2020.

Em uma entrevista com 40 bolsistas de 5 IES privadas, Da Rocha (2012) sublinhou que a entrada no ensino superior simboliza mudanças na estrutura de vida dos estudantes, sobretudo na vida daqueles que tiveram o ingresso permeado pelo ProUni, e a escolha do curso é um fato que não se descola disso. Atrelado às mais de 15 mil bolsas conquistadas pelos estudantes que optaram pelo curso de Direito em 2020 - curso com capital cultural reconhecido na sociedade - e entre outras graduações com prestígio semelhante, ligado a esse evento há a expectativa de que, ao adentrar em cursos com alto teor elitista, espera-se acessar a patamares culturais

elevados (DA ROCHA, 2012), expandindo os relacionamentos e o consumo de informações, com maiores possibilidades emancipatórias, objetivando a superação de desigualdades por chances maiores no mercado de trabalho ou mesmo uma outra carreira acadêmica após a graduação.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa trata-se de uma análise acerca das dificuldades e desafios enfrentados por estudantes bolsistas ProUni. Foi realizado um levantamento bibliográfico de forma qualitativa, segundo ROMAN; FRIEDLANDER (1998), é um instrumento de prática baseada em evidência que facilita a compreensão acerca da temática investigada a partir de uma síntese e análise do conhecimento produzido.

A metodologia foi baseada em ROMAN e FRIEDLANDER, (1998) seguidas todas as etapas como a de formulação do problema, coleta de dados, avaliação dos dados, análise e interpretação dos dados coletados e a apresentação da revisão, com o objetivo de apresentar informações claras a fim de auxiliar o leitor na compreensão do tema. Sendo essas etapas metodológicas essenciais para assegurar a coesão e a coerência do estudo.

A busca de artigos relacionados foi feita na plataforma Scielo e Google acadêmico e as palavras utilizadas para a seleção dos artigos foram: “ProUni AND Bolsistas AND Desafios de bolsistas PROUNI”. Assim, foram selecionados 60 artigos e a partir da leitura do título e resumo, posteriormente foram escolhidos 10 artigos de maior interesse, segundo os critérios de: relação com o tema, títulos e resumo com o intuito de atender o objetivo deste trabalho. Também foram utilizados documentos norteadores governamentais para o apoio discursivo desse trabalho. A análise de dados foi qualitativa e apresentada de forma descritiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com os trabalhos encontrados, foi possível observar a predominância das discussões acerca do fornecimento de políticas públicas, o acesso e permanência do estudante bolsista e a expansão da educação superior. Fica claro que ainda nos dias atuais, há a persistência da dificuldade dos estudantes pertencentes às classes trabalhadoras e periféricas de se manterem num curso superior.

No estudo de Macedo e Reis, (2021) intitulado como “*Políticas Educacionais dos Governos PT (2003-2016): Impacto no perfil dos graduandos em Psicologia*” o mesmo traz uma reflexão acerca do acesso ao Ensino Superior para as populações de baixa renda, onde o mesmo afirma que somente foi possível com o ato de democratização da educação através da



implementação de políticas públicas. O mesmo destaca sobre a importância da implementação dos programas de incentivo ao ensino (ProUNi; FIES) como o movimento de desutilização da educação superior brasileira. A evolução do acesso ao ensino superior ocorreu a partir das ações de políticas afirmativas, que possibilitaram a reparação histórica das desigualdades sociais, afirma Carmo, et. al., (2014).

Segundo a lei, o ProUni é uma política educacional voltada para camadas populares da sociedade e é uma política de caráter compensatório, focalizado e afirmativo. APRILE E BARONI, 2018 afirmam que o programa é compensatório, porque viabilizam auxílio tanto para a universidade quanto para os alunos; focalizado, por ser direcionado a um público com certo perfil socioeconômico; e afirmativas, pois garantem acesso a essas pessoas que sofrem discriminação de classe e/ou étnico-racial, além de outras violências (APRILE; BARONI, 2018). O programa é eficiente na democratização do ensino superior e também coopera para a diversidade dentro das instituições privadas de ensino, segundo resultados da pesquisa de Costa (2022).

Entretanto, apesar dos avanços de acesso à universidade pelo ProUni, não houve nenhuma estratégia para garantir a permanência do estudante e o seu desenvolvimento como profissional e cidadão (CATANI, et al. 2006). O estudo “*O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência*” de Costa (2017) afirma que desde a época da discussão para a implementação do ProUni, a ausência de garantia de permanência do estudante já era algo que preocupava. Há, ainda, uma dificuldade no andamento do curso, posto que, o estudante pronista possui empecilhos, principalmente no que concerne à renda, o que torna complexa a sua jornada acadêmica por necessitar dividir o tempo de estudos com o de trabalho. Além de não possuir os recursos adequados para estudar, o que prejudica a qualidade de estudo e pode vir a afetar a saúde mental complementa RIBEIRO; GUZZO, (2021).

Segundo as pesquisas de Martins (1997), Mantoan (2001), Leal (2004) e Santos (2005), vários fatores contribuem para a exclusão das pessoas nos espaços sociais, sendo fatores econômicos, culturais, sociais, entre outros. Sob este ponto, torna-se notório essa problemática neste contexto das IES privadas, tendo em vista a discrepância social entre os alunos bolsistas e os demais que pagam pelo serviço de educação.

Ademais, outro entrave que corrobora com essa exclusão, diz respeito à admissão dos graduandos que adentram no curso tardiamente, o que prejudica a socialização com os demais colegas de sala, não havendo um acolhimento saudável por parte destes. É notável, dessa forma, a existência das micro-agressões e discriminações dirigidas aos bolsistas, tendo em vista as diferentes realidades sociais presentes na instituição. Isso é visto através de atitudes e



comentários depreciativos que não reconhecem as diversidades apresentadas, o que pode acarretar no isolamento desses estudantes com os demais (SILVA; POWELL, 2017).

Ainda sobre a socialização dos estudantes bolsistas, Ribeiro e Guzzo (2021) observaram que nas turmas acadêmicas, por conta da proveniência dos prounistas, onde majoritariamente são pertencentes às classes mais baixas, acabam por ser mais afastados dos demais e facilmente agregados a grupos com demais bolsistas, formando uma rede de apoio durante o percurso da graduação (RIBEIRO; GUZZO, 2021).

Essa discriminação social está relacionada ao pertencimento do estudante na instituição privada, lugar onde há uma maior concentração de determinado grupo social que difere do graduando bolsista. É notável, portanto, que a educação brasileira foi pautada e naturalizada na ideologia burguesa, visto que estão presentes estigmas produzidos e reproduzidos neste âmbito, reforçando atitudes que são percebidas no cotidiano e também que desempenham a manutenção das relações de classe (BOWLES; GINTIS, 1976).

Dentre outras fragilidades coletivas identificadas durante o presente estudo, destacam-se a jornada dupla dividida entre trabalhar e estudar, dificultando a disponibilidade do aluno para se debruçar sobre os estudos (RIBEIRO; GUZZO, 2021); o enfrentamento de micro-agressões vivenciadas a partir das diferenças sociais entre estudantes prounistas e estudantes pagantes, escancarando as desigualdades de renda, de raça e de acessibilidade (SILVA; POWELL, 2017); e a insegurança educacional fornecida pelas instituições privadas que leva a um desempenho abaixo da média no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE (MACEDO E REIS, 2021).

Dessa forma, há contradição no principal objetivo do Programa Universidade para Todos – que visa a diminuição da desigualdade social –, pois o sistema educacional pautado no capitalismo não tem como aspecto principal essa redução, o que impulsiona e conserva o preconceito econômico-social nesse ambiente acadêmico (FRERES et al, 2008). Verifica-se que essa política pública favorece de forma efetiva o acesso e permanência na educação superior brasileira, além do mais, alertam sobre o Prouni não garantir apenas bolsas, mas assegurar e garantir a permanência desses estudantes (COSTA; FERREIRA, 2017).

Além disso, estudantes prounistas declaram ter sentimento de insegurança no que diz respeito à qualidade de educação que obteve ao longo dos anos em comparação com os demais discentes. Afinal, é preciso considerar a qualidade do ensino que está sendo fornecido para estes estudantes visto que as faculdades particulares apresentam um desempenho ruim na nota do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (MACEDO E REIS, 2021).

Sendo assim, grande parte do ensino superior oferecido pelo ProUni é de baixa qualidade, o que, como foi exposto na pesquisa de Leston & Da Cunha (2018), tal fato é agente prevacente de solicitações de transferências para outras instituições. Ao solicitar a transferência, corre-se o risco da outra faculdade não aceitar as condições da bolsa ou mesmo as condições da instituição de origem, dando início a um processo de evasão universitária – outro fenômeno muito atravessado pelo Programa.

No que se refere a essa má qualidade do ensino superior, torna-se mais uma adversidade que o estudante prounista também precisa enfrentar, uma vez que não há um consenso entre as universidades privadas quanto à estrutura do curso e as condições da própria bolsa. Já que o programa considera a ausência do pagamento da mensalidade uma “bolsa” sem questionar a ausência de auxílio moradia, alimentação, bolsas de assistência à permanência nas universidades privadas, sendo esta mais uma questão exclusiva para estudantes bolsistas mais pobres (COSTA, 2017).

Contudo, mesmo que haja a conclusão da formação acadêmica, muitos graduandos irão finalizá-la sem o aporte de uma trajetória linear se comparado àqueles que são pagantes. Uma vez que, estes terão mais tempo livre para participar de atividades extracurriculares como estágios e congressos – que ajudam em novos aprendizados na área escolhida. Enquanto que os estudantes prounistas mais vulneráveis possuirão mais entraves, posto que possivelmente terão que conciliar estudo e trabalho para sobreviver de uma maneira favorável (RIBEIRO; GUZZO, 2021).

Dessa forma, infere-se que através desta dificuldade, os estudantes posteriormente poderão ter uma atuação prejudicada, posto que não se sentem preparados para o mercado de trabalho ou para se inserir em contextos de pós-graduações devido à falta de oportunidades, acarretando em um maior esforço por partes destes (OLIVEIRA; PINTO, 2008).

Outro aspecto que atravessa o estudante prounista durante a graduação é a falta de oportunidade no meio científico. Isso porque um dos requisitos obrigatórios para o aluno poder participar de uma iniciação científica, segundo o CNPq, é não ter vínculo empregatício e dedicar-se às atividades universitárias e de pesquisa (BRASIL, 2006). Condição esta que afeta diretamente os estudantes prounistas, visto que, os mesmos necessitam dividir o seu tempo entre trabalho e estudos, portanto, não sendo possível que participem desta atividade acadêmica (RIBEIRO; GUZZO, 2021).

Ainda, é visto que em algumas instituições privadas de ensino superior são ofertadas bolsas de desconto para quem deseja começar sua iniciação científica, porém, no caso de alunos já bolsistas essa bonificação pode ser vetada pelo fato da bolsa ProUni estar em andamento.

Nesse sentido, é possível destacar o exemplo da Universidade Estácio de Sá, que coloca como condição ao aluno prounista poder participar apenas desta iniciação científica como voluntário, não possuindo direito ao incentivo financeiro (Portal Estácio, 2023).

Entretanto, é cabível que tal auxílio aos prounistas, caso estruturado de modo a pensar em suas permanências, apresentar-se-ia como um incentivo a participação dos bolsistas ao âmbito de pesquisa, além de o ajudar financeiramente, pois, de acordo a Resolução Normativa 017/2006 – que rege as normas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – determina-se que não é mais acumulável as bolsas provenientes do ProUni e FIES, visto que são financiamentos distintos, ou seja, a participação em programas de incentivo ao ensino superior privado notadamente não anula a participação em plataformas de incentivo de bolsas em iniciações científicas.

Ainda que a Resolução supracitada promulgue a vedação da acumulação de bolsas em se tratando do ProUni (BRASIL, 2006), na prática o que existe é a dissolução de informações e a falta de universalização de regras entre as IES privadas, na qual algumas permitem agregação dos auxílios, enquanto outras, ainda que tenham como requisito a disponibilidade do estudante, apenas permitem o acesso à iniciação científica de forma voluntária, o que compromete a renda do bolsista, pois o impede de trabalhar.

Nesse sentido, diante de todas as discussões supradescritas e aprofundadas, tendo em vista que grande número das instituições privadas beneficiadas pelo ProUni possuem exponenciais isenções fiscais, enquanto que os estudantes com bolsas concedidas, por sua vez, enfrentam adversas vulnerabilidades que implicam na suas trajetórias individuais dentro da graduação, o Programa Universidade para Todos, por meio de suas ofertas a priori democráticas para o ensino superior de qualidade, expressa, em sua contrapartida, um favorecimento a um aparente mercado privativo e liberal (WOOD; TRIVELLI, 2022) do que o próprio ensino universitário.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da revisão da literatura exposta na pesquisa, foi possível perceber que o Programa Universidade para Todos possui facetas discordantes em sua estrutura de funcionamento. Por um lado, facilita a entrada de estudantes de classes socioeconômicas mais baixas no ensino superior com bolsas parciais e integrais nas instituições privadas; por outro,

abre discussão para até que ponto esses estudantes estão assistidos em suas vulnerabilidades sociais que os acompanham no decorrer da graduação.

Dentre os inúmeros desafios que estes estudantes enfrentam nas instituições privadas, um deles pouco discutido, é a falta de alteridade no meio científico, pois, para o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) um dos requisitos é a dedicação total à iniciação científica (BRASIL, 2006), no entanto, para alunos prounistas, tal condição se torna antagônica à sua vivência individual de jornada dupla entre estudos e trabalho.

Nesse sentido, a presente revisão da literatura escancara que o Programa Universidade para Todos, apesar de inserir alunos de baixa renda no ensino superior, ainda é carente de investimentos e soluções viáveis que venham a assistir os estudantes bolsistas, uma vez que, apenas proporcionar a entrada desses alunos nas instituições privadas não modifica a problemática do acesso ao ensino superior de qualidade, posto que, nas IES públicas – universidades e institutos federais – há a facilitação de assistências estudantis que concedem entrada livre em restaurantes universitários, renda estudantil básica, auxílio moradia e bolsas de incentivo à iniciação científica, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, PIBID e PIBITI.

Dessa forma, conclui-se que o Programa Universidade para Todos, apesar de muito valorizado pelos seus beneficiários, possui em seu funcionamento muitas críticas e apelos de que priorize mais o acesso ao ensino e a permanência de qualidade e menos as isenções fiscais e mercantis do ensino superior privado. Assim, salienta-se que tal campo de pesquisa necessita de mais colaborações, informações, investigações e estudos científicos, pois este é um assunto que não se esgota com facilidade, tendo em vista que em todo território brasileiro há estudantes de baixa renda que enfrentam diferentes e exclusivas vulnerabilidades na graduação.

## REFERÊNCIAS

2020 - BOLSAS CONCEDIDAS E PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROUNI. **Portal de Dados Abertos do Ministério da Educação**, 29 abr. 2021. Disponível em: <<https://dadosabertos.mec.gov.br/prouni/item/124-bolsas-e-perfil-2020>>. Acesso em 21 nov. 2023.

ALMEIDA, Marcelo Nascimento de. **A contribuição dos programas de financiamento estudantil (FIES) e universidade para todos (PROUNI) para a diretriz de qualidade do ensino superior: um estudo sobre o desempenho dos alunos de administração no ENADE de 2015**. 2018. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27150>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. **Ensaio: aval. pol.**

públ. educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 861-890, dez. 2011. Disponível em:  
<[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40362011000400008&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40362011000400008&script=sci_abstract)>.  
Acesso em: 30 nov. 2023.

BOWLES, S.; GINTIS, H. **Schooling in capitalist America**. 1. ed. Nova Iorque: Basic Books, 1977.

BRASIL. Resolução Normativa 017/2006, de 9 de junho de 2003. Bolsas por Quota no País. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em:  
<[http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_0oED/10157/100352](http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100352)>. Acesso em: 8 dez. 2023.

CASALI, Alípio Márcio Dias; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, p. 681-716, 2015. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mF9WtyZbYtSyqpJZ6qJzNXQ/?lang=pt>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil. **Politeia-História e Sociedade**, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <  
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3879>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

COSTA, Danielle Dias da; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 141-163, 2017. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/aval/a/q7HhxxZ9MYWXYGS7CyjYPfs/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DA ROCHA, Marcela Cristina. PROUNI: um estudo das práticas e percepções sociais dos alunos bolsistas. **Políticas Educativas-PoEd**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em:  
<<https://seer.ufrgs.br/PoEd/article/view/35865>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

DE FRANÇA MAGALHÃES COSTA, J. El Programa Universidad para Todos (ProUni): avances en la democratización de la educación superior en Brasil. **Revista Educación Superior y Sociedad (ESS)**, v. 34, n. 2, p. 147-170, 20 dic. 2022. Disponível em:  
<<https://www.iesalc.unesco.org/ess/index.php/ess3/article/view/v34i2-7>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

FELICETTI, Vera Lucia; COSTA MOROSINI, Marília. Ações Afirmativas: O PROUNI na Educação Superior Brasileira. **Congressos CLABES**, 11 nov. 2017. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/aval/a/q7HhxxZ9MYWXYGS7CyjYPfs/>> . Acesso em: 30 nov. 2023.

FRERES, Helena de Araújo; RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. O papel da educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica. In: **Congresso Brasileiro De História Da Educação**. 2008. p. 1-15. Disponível em:  
<<https://docplayer.com.br/15819451-O-papel-da-educacao-na-sociedade-capitalista-uma-analise-onto-historica-1.html>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

DA SILVA, Guilherme Henrique Gomes; POWELL, Arthur B. Microagressões no ensino superior nas vias da educação matemática. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática Perspectivas Socioculturales de la Educación Matemática**, v. 9, n. 3, p. 44-76, 2016.

Disponível em:

<<https://www.revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/article/view/311/267>>.

Acesso em: 3 mar. 2023.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social – um problema político em psicologia. **Psicologia usp**, v. 9, p. 11-67, 1998. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pusp/a/s63y4NmBfsHYpwm3gtw4wFD/>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

GUERRA, Lenin Cavalcanti Brito. **O processo de criação do Programa Universidade para Todos-PROUNI**. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25426>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

Iniciação Científica. **Portal Estácio**, 2023. Disponível em:

<<https://portal.estacio.br/unidades/universidade-est%C3%A1cio-de-s%C3%A1/pesquisas/inicia%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica>>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LEAL, G. F. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (Abep)**, 14., 20-24 set. 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: Abep, 2004. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos)>. Acesso em: 13 jan. 2023.

LESTON, Stivie Sena; DA CUNHA, Myriam Siqueira. Políticas educacionais contemporâneas: o PROUNI na perspectiva de beneficiários. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 42, p. 395-414, 2019. Disponível em:

<<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/2276>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon; 2001.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Hacia una psicología de la liberación. **Psicología sin fronteras: revista electrónica de intervención psicosocial y psicología comunitaria**, v. 1, n. 2, p. 1, 2006. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2652421.pdf>>. Acesso em:

3 fev. 2023.

MARTINS, JS. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR, Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Revista Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 569-589, 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2014000300010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 3 mar. 2023.

MARTINS, Ludmila Gonçalves. “Os estabelecidos e os outsiders” – um convite para repensar heranças histórico-sociológicas. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, n. 1, p. 106-118, 2012.



Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4516>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

OLIVEIRA, L.D.S., PINTO, S.R.R. (2008). Percepções de estudantes do ProUni sobre sua própria formação. **PUC-Rio**. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4516/3520>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

RIBEIRO, Flávia de Mendonça; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Preconceito e prounistas: “seu lugar não é aqui”. **Psicologia da Educação**, n. 53, p. 13-24, 2021. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752021000200002&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752021000200002&script=sci_arttext)>.

Acesso em: 3 fev. 2023

RODRIGUES, Leonardo. Estratificação Horizontal do Ensino Superior Brasileiro e as Profissões Imperiais: Os Concluintes de Medicina, Engenharia e Direito entre 2009 e 2017. **Dados**, v. 67, p. e20210118, 2023. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/dados/a/7syGQmndqZ988PTtTZ3bHCb/>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

<<https://www.scielo.br/j/dados/a/7syGQmndqZ988PTtTZ3bHCb/>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

WOOD JUNIOR, Thomaz; TRIVELLI, Andressa. A transformação do ensino superior no Brasil: um estudo de caso sobre a criação de um grande grupo educacional privado. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 20, p. 259-275, 2022. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cebape/a/VqkVjgQLnynnSBWTpV4PYRQ/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 3 fev. 2023.

Submetido em: 09/04/2024

Aceito em: 19/08/2024

Publicado em: 30/08/2024

Avaliado pelo sistema *double blind* review